

AS ORIGENS DO NACIONALISMO ALEMÃO SEGUNDO ISAIAH BERLIN

Luciano Moreira de Oliveira (IC) Roger Fernandes Campato (Orientador)

Apoio: PIBIC Santander

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir, por meio do estudo de ensaios do filósofo Isaiah Berlin, o nacionalismo alemão, tal como sistematizado pelo filósofo Johann Gottlieb Fichte na Alemanha dos séculos XVIII e XIX. Com base em Fichte, Berlin defende a ideia de que o nacionalismo alemão deve ser entendido, sobretudo, como uma reação contra a cultura francesa em solo germânico. Em outros termos, como, por um lado, uma defesa dos valores germânicos e, por outro, um ataque ao iluminismo transportado por aquela cultura. É justamente a partir deste pano de fundo que Berlin propõe o início do nacionalismo alemão. Para este propósito nacionalista, Fichte elabora quatorze discursos denominados como *Discursos à Nação Alemã* que propõe uma mudança cultural na mentalidade germânica para colocar a Alemanha no lugar que sempre deveria ocupar. Resgatar a verdadeira cultura alemã é a primeira batalha que os alemães devem travar. A solução que o filósofo encontra é uma remodelagem na educação dos jovens. A educação proposta por Fichte pretende infundir no jovem o antigo orgulho alemão que fora abandonado e esquecido pelos próprios alemães. É pela educação que os jovens aprenderão a valorizar aquilo que é alemão, especialmente, a sua língua, a sua história e a sua raça. Portanto, por meio da interpretação proposta por Berlin, verificaremos os fundamentos dos quatorze discursos que propiciaram o nacionalismo alemão e, por fim, algumas considerações de Berlin sobre os efeitos globais desse nacionalismo no século XX.

Palavras-chave: Nacionalismo. Berlin. Fichte.

ABSTRACT

This article aims to discuss, through the study of essays by the philosopher Isaiah Berlin, German nationalism, as systematized by the philosopher Johann Gottlieb Fichte in Germany of the eighteenth and nineteenth centuries. Based on Fichte, Berlin defends the idea that German nationalism must be understood, above all, as a reaction against French culture on German soil. In other terms, such as, on the one hand, a defense of Germanic values and, on the other hand, an attack on the Enlightenment carried by that culture. It is precisely from this background that Berlin proposes the beginning of German nationalism. For this nationalistic purpose, Fichte elaborates fourteen discourses denominated as Discourses to the German Nation that proposes a cultural change in the German mentality to put Germany in the place that should always occupy. Rescuing the true German culture is the first battle the

Germans must wage. The solution that the philosopher finds is a remodeling in the education of young people. The education proposed by Fichte intends to infuse into the young the old German pride that had been abandoned and forgotten by the Germans themselves. It is through education that young people will learn to value what is German, especially their language, their history and their race. Therefore, through the interpretation proposed by Berlin, we will verify the foundations of the fourteen discourses that propitiated German nationalism and, finally, some considerations of Berlin on the global effects of this nationalism in the twentieth century.

Keywords: Nationalism. Berlin. Fichte.

1. INTRODUÇÃO

Esses discursos [de Fichte] foram dirigidos a poucas pessoas e não tiveram grande impacto na época. No entanto, quando foram lidos posteriormente, produziram uma enorme onda de sentimentos nacionalistas. Continuaram sendo lidos pelos alemães durante todo o século XIX e se tornaram sua bíblia depois de 1918. (BERLIN, 2015, p. 148)

Em suas palestras na National Gallery of Art, em Washington, o filósofo inglês Isaiah Berlin afirmou de modo explícito que Fichte pode ser considerado o pai do nacionalismo alemão. Pretendemos discorrer neste artigo sobre os motivos que motivaram Berlin a lhe conceder esse título. O autor indica que a resposta a essa questão se encontra no romantismo alemão, mais especificamente nos discursos políticos proferidos por Fichte conhecidos como *Discursos à Nação Alemã*, nos quais poderiam ser identificados os elementos necessários e suficientes para justificar tal título. Devido à amplitude do assunto, serão estabelecidas algumas delimitações. Com efeito, analisaremos, à luz da interpretação proposta por Berlin, os discursos de Fichte, situando-os no contexto cultural de sua época, sem perder de vista os desdobramentos posteriores por eles suscitados.

Os discursos de Fichte foram concebidos quando Napoleão e suas tropas invadem as terras germânicas. Diante desse fato, o filósofo alemão coloca sobre si a responsabilidade de restaurar o antigo espírito conquistador germânico como reação contra a dominação francesa em seu país. A batalha para a qual Fichte convoca seus patrícios não é a da força bélica, ato que, em primeira instância, seria uma espécie de suicídio. A primeira guerra que os alemães deveriam travar, dizia o autor, concentrava-se no campo cultural, pois antes de os estrangeiros dominarem materialmente o povo alemão o seu espírito já fora subjugado. Nesse momento, Fichte deparou-se com dois problemas que tentou abarcar ao longo dos discursos: por um lado, uma Alemanha sob o jugo militar de uma potência estrangeira e, por outro, alemães que abandonavam e rejeitavam a sua herança cultural, adotando qualquer espécie de modismo estrangeiro. Este último aspecto, no qual Fichte se deteve em grande parte de seus discursos, trata-se de uma valorização desmedida da cultura estrangeira em solo germânico e, como consequência direta disso, a imposição de valores iluministas, especialmente franceses, como guia moral do povo alemão. A solução que Fichte propõe é a educação dos mais jovens, que restaurariam a antiga glória germânica. Somente o jovem, nas palavras do próprio autor, seria capaz de receber uma educação que valorizasse aquilo que é autenticamente alemão: sua terra, sua língua, seus costumes e seus ancestrais. Enquanto os adultos e os idosos já haviam sido irremediavelmente influenciados pelos costumes estrangeiros, os jovens, graças a seu espírito ingênuo e a sua natureza moldável, estariam aptos a ser parte integrante da corrente que liga o passado, o presente e o futuro do povo. Por fim, nas considerações finais,

analisaremos quais foram os impactos a médio e a longo prazo das ideias do filósofo alemão e como Berlin observa o desenvolvimento do nacionalismo alemão até os dias de hoje.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

O romantismo alemão nasceu sob a influência de Fichte, mais um daqueles irracionaisistas da Alemanha Oriental, homem de eloquência torrencial que nos *Discursos à Nação Alemã*, dirigidos contra Napoleão e os franceses, criou os primeiros impulsos, o complexo de superioridade e os termos do futuro nacionalismo alemão. (CARPEAUX, 2013, p. 90)

Nessa afirmação de Carpeaux, verificamos que os *Discursos à Nação Alemã* criaram características importantes para o posterior desenvolvimento do nacionalismo germânico. É importante ressaltar que a ideia principal de Fichte consistia na criação de uma consciência nacional genuinamente alemã, por meio de uma remodelagem na educação dos mais jovens. A ideia não se iniciou com Fichte, como aponta Isaiah Berlin. Seus predecessores — como os pietistas, os estudantes idealistas das universidades alemãs e os nacionalistas de toda sorte — tentaram muitas vezes despertar tal espírito de diversas maneiras diferentes; no entanto, eram apenas manifestações locais ou passageiras, que Berlin chamou de romantismo. A filosofia romântica nasce quase um século antes dos discursos de Fichte, logo após a Guerra dos Trinta Anos, que durou de 1618 a 1648 e que, a despeito de ter envolvido politicamente toda a Europa, somente teve batalhas em solo alemão. O país foi destruído de uma maneira tal que motivou Carpeaux (2013, p. 28) a fazer o seguinte comentário: “nunca outro país foi submetido a tão cruel e sistemática devastação, sendo a população, em certas regiões, reduzidas à décima parte e sendo destruídos todos os valores materiais e morais”.

Nesse meio tempo, surgiram alguns movimentos românticos com o objetivo de reerguer o espírito alemão ante a valorização dos costumes franceses importados por príncipes alemães com o intuito de reconstruir o país após a Guerra dos Trinta Anos. A priori, esses movimentos românticos, sobretudo o romantismo alemão, na visão de Berlin (2002, p. 173), são definidos com as seguintes características: “a independência, a rebeldia de indivíduos, grupos e nações, a busca do ideal, não por serem universais, mas porque são meus ou do meu povo, da minha cultura”. Os românticos se rebelaram, conforme dito, contra dois elementos da cultura francesa: o Iluminismo e a própria língua francesa. Quanto ao Iluminismo, independentemente de todas as suas características, os românticos reagiram contra o conceito que assegurava a existência de fins universais válidos para todos os homens em todas as épocas ou, em outras palavras, contra verdades universais válidas para qualquer tempo e qualquer lugar. Devido a todos esses fatores, surgiram grupos contra-iluministas ou,

como sustenta Carpeaux, irracionalistas, que, acima de tudo, foram denominados como românticos. Os principais movimentos românticos que surgiram em ordem cronológica, segundo Berlin, foram os levados a efeito pelos pietistas e, posteriormente, pelos estudantes e intelectuais idealistas das universidades alemãs.

Os pietistas, segundo Berlin, foram os primeiros a se revoltar contra a cultura francesa, exortando o povo a abandonar os costumes impuros: a única coisa que realmente deveria contar era a alma, a relação com Deus e consigo mesmo. Com o passar do tempo, o movimento se volta de modo direto à crítica do Iluminismo, protestando, em nome da religião, contra o materialismo dos livre-pensadores. Nesse contexto, com o objetivo de afirmar a identidade nacional, personificada na língua nativa, iniciou-se a menção despreziva à cultura e ao modo de vida característicos da França: “Os homens alemães devem ser eles mesmos em vez de imitarem estrangeiros que não têm nenhuma ligação com suas próprias naturezas, memórias e modos de vida” (BERLIN, 2002, p. 569).

Os intelectuais alemães, imbuídos desse mesmo espírito romântico, também começaram a procurar um valor intrínseco ao seu povo, defendendo a tese de que, antes da cristianização de seus antepassados, a antiga língua conectava os povos germânicos. Esses mesmos intelectuais, segundo Carpeaux, passaram da teoria para a ação, abandonando o latim, língua oficial das universidades europeias, e evitando falar o francês nas reuniões da nobreza alemã. Com essas ações, os alemães afirmaram, em seus atos, o regaste e a defesa de seu patrimônio cultural, concentrando-se em “desenvolver seus próprios valores, ser governados por suas próprias leis em sua própria casa e não ser assimilados por uma forma de vida que pertence a todos e, portanto, não pertence a ninguém” (BERLIN, 2002, p. 172).

Em suma, esses são os elementos que definem o romantismo, que, segundo Berlin, constitui a raiz do nacionalismo alemão. São dois movimentos distintos, porém complementares. Nesse sentido, o nacionalismo alemão pode ser entendido como a união entre a filosofia romântica e a noção de identidade única de um povo. Tais princípios encontram-se contemplados na filosofia de Fichte, o responsável, na visão de Berlin, pelo florescimento sistemático do nacionalismo alemão.

2.1. Interlúdio: Uma pequena apresentação sobre Fichte

Um século após o término da Guerra dos Trinta Anos, em meio à onda de sentimentos nacionalistas na Alemanha, Napoleão decidiu invadir as terras germânicas. No inverno de 1806, suas tropas conquistaram a Prússia. Fichte, naquele momento reitor da Universidade de Berlim, fugiu para Königsberg. Quando retornou à cidade de Berlim, no fim de agosto de 1807, encontrou uma região totalmente ocupada pelas tropas francesas. Segundo Turbull,

biógrafo do filósofo alemão, ao se deparar com tal cena Fichte colocou sobre si a tarefa de unir o povo alemão, valendo-se para tanto de seus quatorze discursos apresentados durante os invernos de 1807 e 1808. Os discursos de Fichte, de acordo com o mesmo biógrafo, foram o fator mais proeminente para a criação de um espírito nacional que levou os germânicos a enfrentar as tropas napoleônicas na Guerra da Libertação, ocorrida entre 1813 e 1815. Fichte, além de demonstrar elevada capacidade intelectual, era um orador eloquente. Conforme atesta Turbull (1926, p. 19, tradução nossa), seus discursos tocavam na alma e no espírito de seus ouvintes:

Tentava de todas as maneiras possíveis conquistar a sua audiência, fazia-se perfeitamente claro e inteligível, sua voz estava sempre em harmonia aos sentimentos que expressava, e em sua mensagem nunca faltavam clareza e precisão. Seus discursos eram impetuosos [...] despertando e agitando as almas dos ouvintes as profundezas da situação atual. Seus voos de imaginação eram elevados e poderosos; seus escritos eram sempre caracterizados pela força e peso.

Perante plateias numerosas, Fichte persuadia seus ouvintes a sair do estado de morbidez de espírito. Fazia-os enxergar que seu destino era subjugar todos aqueles que impediam os germânicos de alcançar a conexão eterna com Deus e com seus antepassados, o elo espiritual de cada alemão com o seu passado glorioso e o futuro de um paraíso terrestre. Esse elo tão importante para Fichte teria sido esquecido por culpa dos próprios alemães, ao desejarem as coisas prosaicas do mundano, a cultura estrangeira. O resgate dessa conexão espiritual ocorreria por meio da educação dos mais jovens, que, na sua pureza, dizia Fichte, poderiam ser moldados para a via espiritual, ao passo que os mais velhos, corrompidos e viciados em qualquer novidade estrangeira, deveriam se ausentar do processo de aprendizagem de seus filhos. Os idosos e os adultos deviam se afastar de suas crianças para não as contaminar com os desvios paternos; aquelas precisariam ser retiradas de seus lares e incluídas em escolas de regime integral para não perderem a pureza de seus corações.

Por um lado, Fichte propôs uma ideia inovadora para a época: um sistema educacional que abarcasse todos os alemães. Por outro, a escola seria comandada por um único órgão central, o Estado, com um único currículo contendo elementos capazes de elevar o nacionalismo à condição de preocupação central. Não podemos nos esquecer de que, até então, a educação na Alemanha de Fichte e em outros países da Europa não era administrada pelo Estado, mas por tutores particulares contratados pelos pais, ou era uma educação religiosa para formar clérigos. Vejamos com mais detalhes como o autor elaborou em seus discursos essas ideias.

2.2. Os discursos de Fichte: Sobre a educação

Esses [discursos] propõem que vocês estabeleçam, de forma profunda e indelével, no coração de todos, por meio da educação, o amor verdadeiro e todo-poderoso à pátria, à concepção do nosso povo como um povo eterno assim como a proteção para a nossa própria eternidade. Que tipo de educação pode fazer isso, e como deve ser feito, veremos nos seguintes discursos. (FICHTE, 1922, p. 151, tradução nossa)

A primeira característica que chama a atenção são os termos educação, ensino ou escola. Essas palavras são as mais usadas no decorrer de seus quatorze discursos. Há uma insistência na discussão sobre como os jovens são educados para a vida e, principalmente, para serem alemães. Temos que ter em mente que a criação de uma consciência nacional somente seria possível com pessoas devotadas ao verdadeiro espírito germânico. Apenas homens e mulheres com devoção e amor — os impulsos vitais da humanidade, segundo Fichte — poderiam conduzir uma nação humilhada pelos seus inimigos ao destino grandioso que a aguardava. A educação dos jovens era o primeiro passo a ser dado na direção da realização desse objetivo. Para tanto, o filósofo alemão distingue dois tipos de educação: a velha e a nova.

A velha educação seria aquela que ensina que o homem possui uma natureza má e corruptível. Para que o homem se mostre útil à sociedade e tenha uma vida harmônica, tal natureza deveria ser adequadamente controlada. No domínio dessa sociedade, a busca por riqueza e bem-estar consistiriam em os objetivos principais. O ambiente e a natureza seriam estudados de acordo com essa finalidade. O conhecimento produzido e transmitido pelo homem giraria em torno dessas questões práticas. Os outros tipos de conhecimento, derivados do principal, como, por exemplo, a filosofia, a religião e a literatura, seriam tomados como acidentais, pois floresceriam após a satisfação material ser obtida. O amor e a devoção — os impulsos vitais — encontrar-se-iam portanto submetidos aos fins materiais, situação responsável pelo desfazer-se da nação alemã.

A velha educação, tão comum na Europa, havia sido, nas palavras de Fichte, “macaqueada” pelos filhos e filhas da Alemanha, que, devido a essa espécie de alienação, não desejavam ser germânicos, pois desprezavam a língua, a história e a cultura que lhes eram próprias. Para além disso, invejavam a língua francesa, o poderio britânico e a religião de Roma. Os romanos, como Fichte denominou os católicos, seriam a fonte de dois aspectos abomináveis que seriam os fundamentos da velha educação: o primeiro era o latim, considerado como a língua oficial dos eruditos; o outro, o conceito de Deus.

O latim, sustentava Fichte, representava uma língua morta, uma língua que pereceu junto com o Império Romano e seus césaes. Para ele, aquilo que é desprovido de vida não

pode produzir nada de novo. Um idioma morto não se altera perante a diversidade da realidade; mantém-se, pelo contrário, estático; suas palavras permanecem presas ao passado e não conseguem interpretar o que é atual. Portanto, segundo Fichte, aquele que aprende o latim como língua voltada ao exercício da erudição e deseja interpretar a realidade atual por meio de pensadores que foram produzidos por essa língua consegue apenas compreender o mundo com formulações decadentes ou mortas, entre elas a velha ideia de que há conceitos — valores morais — válidos para todos os homens. Sendo assim, para Fichte, o conceito de Deus permanece restrito à sua utilidade para a educação.

Se Deus é eterno, ele não é estático, não está preso às contingências do passado. Ele é a própria vida que se renova e, portanto, não poderia permanecer em uma instituição que está morta, de cujo interior não flui a vida. Quem tentasse encontrar Deus em Roma, dizia Fichte, encontrá-lo-ia morto e preso na cruz. Em outras palavras, não seria possível identificar uma conexão espiritual com a fonte de toda a vida em um lugar em que não há vida. Portanto, a velha educação deixaria as pessoas em um estado inanimado. Seu espírito não se renovaria e permaneceria preso a um passado que não lhe pertenceria.

Esses argumentos tinham dois alvos: tanto a Igreja de Roma quanto as concepções de moralidade universal defendidas pelos iluministas. Fichte entendia que o Iluminismo fissurou os vínculos criados pela religião, não sendo, no entanto, capaz de oferecer uma explicação que valorizasse a diversidade dos povos, em razão de manter os mesmos elementos atemporais da antiga tradição religiosa:

A razão iluminista com seus cálculos puramente materiais foi a força que destruiu a ligação estabelecida pela religião [...] e, ao mesmo tempo, concebeu que os valores morais como o amor e a honra nacional eram apenas fantasmas ilusórios. (FICHTE, 1922, p. 11, tradução nossa).

Nos termos propostos pelo autor, a nova educação sustenta que o homem não possui uma natureza má nem boa, muito menos pré-determinada, mas sim moldável. O homem teria à disposição, sobretudo, a liberdade da vontade, aprisionada pela antiga educação moral. O homem teria o poder de criar o conhecimento, não apenas pela observação, método comum na velha educação, mas também pelo poder de sua vontade criadora, que, conforme foi dito, seria seu impulso vital. Se essa vontade for catalisada de maneira correta, o conhecimento necessário deixará de ser um acidente. Para isso, a devoção e o desejo deveriam ser, desde a mais tenra infância, moldados por meio de uma educação que gerasse “homens estáveis e infalivelmente bons” (FICHTE, 1922, p. 22, tradução nossa). De acordo com o autor, isso seria imprescindível, já que os homens fundamentalmente bons eram necessários para a nação alemã continuar a existir e os que não se adaptassem seriam homens mortos, absorvidos pelo

mundo exterior. A educação concebida pelo filósofo alemão apresenta-se “uma arte viável e deliberada para moldar no homem uma boa vontade estável e infalível. Essa é sua primeira característica” (FICHTE, 1922, p. 23, tradução nossa).

Ressalta-se que essa primeira característica se refere a uma concepção de natureza humana sem qualquer determinismo moral. Enquanto os escolásticos medievais acreditavam que a natureza humana é má e, por outro lado, o pensador iluminista francês Rousseau afirmava que o homem nasceu essencialmente bom, mas a sociedade o corrompeu, Fichte postou-se contra essas duas concepções pré-determinadas de natureza humana. Nem uma nem outra: a natureza do homem seria moldável.

O filósofo alemão recusa tanto a antiga tradição religiosa quanto as inovações iluministas, dando um passo além: os objetivos morais e políticos não foram objetivamente dados, não foram impostos ao agente pela natureza ou por um Deus transcendental. Para Berlin, essa filosofia romântica é inovadora e revolucionária para a mentalidade europeia daquela época (BERLIN, 2002, p. 575).

O objetivo principal da nova educação consistia em guiar o estudante à verdadeira religião. Somente em contato imediato com Deus o estudante acharia a vida, a luz e a felicidade, mas qualquer separação desse contato imediato geraria a morte, a escuridão (trevas) e a miséria. A religião do passado separou a vida espiritual do divino. A relação dos fiéis para com Deus, segundo Fichte, até então se dava por intermédio de agentes externos como a igreja, o sacerdote ou o Papa. Porém, o contato imediato com Deus aconteceria apenas pela consciência individual. Somente o indivíduo, se assim o desejasse, poderia fazer parte dessa conexão eterna.

Na antiga religião, Deus é uma fonte de temor ou de esperança em outra vida. Na nova era, sustenta Fichte (1922, p. 38, tradução nossa), “a eternidade não vai ser a primeira a alvorecer ao seu lado no túmulo, mas será como o sol do meio-dia na vida presente”. A verdadeira religião não seria usada para regular a vida. A religião, para Fichte, não é um sistema de crenças ou dogmas com valores universais que devem levar o homem a agir segundo a sua fé. Nesse aspecto, portanto, a religião não é prática e não pode jamais se tornar prática. A religião é simplesmente conhecimento; torna o homem bastante claro e inteligível para si mesmo. Responde às questões elevadas que podem surgir e traz, para o seu entendimento, completa unidade consigo mesmo. A religião, portanto, serviria para a educação somente como um propósito interior: mostrar aos alunos que eles não são meros membros dessa sociedade enquanto sua vida curta o permite. Eles seriam também uma eterna conexão da via espiritual com a sociedade. Seriam o elo entre o verdadeiro espírito germânico e a continuidade desse mesmo espírito entre as eras que hão de vir.

2.3. Sobre a verdadeira raça alemã

Explicamos no tópico anterior o objetivo da educação proposta por Fichte. Vimos que o conceito de Deus tem um papel importante nesse quadro educacional e, por último, afirmamos que a nova educação propõe que cada jovem educado seja um elo entre o verdadeiro espírito germânico e a possibilidade de sua continuidade, ou seja, um elo entre o passado e o futuro. O verdadeiro espírito germânico exige uma conduta, um modo de vida originalmente alemão. Sua raiz se encontra nos primórdios da nação. Outros românticos alemães, antes de Fichte, já abordaram essa ideia. No entanto, nunca se tornou evidente quem realmente são os verdadeiros germânicos. Fichte reflete “se é verdadeiro ou falso que há uma nação alemã e, [caso exista] se vale ou não vale a pena manter esta nação” (1922, p. 209, tradução nossa). Se os alemães desejavam ter em si o espírito do povo originário, ser a verdadeira nação, deveriam fazer uma busca na história para encontrá-lo. Fichte se dispôs a traçar essa linha genealógica.

Em seus discursos denomina, de modo genérico, as tribos germânicas primitivas como raça teutônica. Entre elas podemos incluir, além dos próprios teutônicos, os vândalos, os visigodos e muitos outros. A característica principal ressaltada pelo filósofo alemão era o espírito conquistador dos teutônicos. Foram essas tribos que submeteram o Império Romano. O grande império e seus césares, que se consideravam divindades, teriam se ajoelhado perante a força dos germânicos primitivos, força que advinha de sua cultura, de uma língua intacta e do seu próprio modo de viver.

A queda da raça teutônica, segundo Fichte, teria ocorrido quando ela abandonou os seus próprios costumes, substituindo-os pelo estilo de vida romano (nesse momento não é exatamente a Roma dos césares que Fichte menciona, mas o Império Romano transfigurado em cristianismo católico). Ao se esquecerem de seus antepassados, os teutônicos abandonaram a sua própria língua e relegaram o seu orgulho de conquistadores a um humilhante espírito subalterno. O próprio povo germânico de outrora, de acordo com Fichte, entregou o seu espírito a essa entidade morta e, por causa disso, as consequências seriam visíveis até os dias de hoje:

Esta doença endêmica de toda raça Teutônica, podemos chamar assim, ataca a língua alemã e nossa pátria também. Até em nossos ouvidos o Latim soa de uma forma distinguida, perante nossos olhos os hábitos romanos parecem nobres e tudo que é alemão é vulgar. Quando metade ou mais do que a metade do nosso vocabulário não é alemão, e quando adotamos hábitos e vestes concupiscentes, então nós nos imaginamos distinguidos. (FICHTE, 1922, p. 82, tradução nossa).

Se a batalha inicial entre o Império Romano e as tribos germânicas primitivas foi travada pela força bélica, no tempo de Fichte o embate continuava no campo cultural e, culturalmente, o Império Romano estava vencendo:

Somente a nação alemã tinha mantido a unidade, com uma vontade e força comuns. [...]. No entanto, eles acharam a Alemanha suficientemente corajosa em batalhar suas guerras e as mãos alemãs úteis para saquear seus rivais. [...] a astúcia estrangeira teve uma vitória fácil sobre a ingenuidade alemã e a falta de suspeita. Foram as nações estrangeiras que, como primeiro feito, utilizaram o espírito dividido produzido por disputas religiosas na Alemanha; foram as nações estrangeiras, digo, que usaram essas disputas para rachar a unidade interna da Alemanha em partes separadas e desconectadas. (FICHTE, 1922, p. 227, tradução nossa).

Vale acentuar que Fichte foi enfático na ideia de que a nação alemã só foi derrotada, tanto bélica quanto culturalmente, porque os próprios alemães derrotaram-se a si mesmos quando abandonaram a herança de seus antepassados. Para voltarem a vencer no campo cultural, seria necessário infundir nos jovens o espírito germânico primitivo, educá-los para serem teutônicos. Somente assim seria possível restaurar a nação alemã que existia na Antiguidade e que, no decorrer dos séculos, desviou-se do caminho. A missão que Fichte (1922, p. 264, tradução nossa) atribuiu a si mesmo foi a de colocá-la novamente nos trilhos:

Seus antepassados unem-se com estes discursos e apelam solenemente a vocês. Pensem que a minha voz se mistura com as vozes de seus ancestrais de um passado longínquo, que seus próprios corpos derrubados resistem contra a dominação mundial de Roma, cujos sangues conquistaram a independência das montanhas, campinas e rios, que o estrangeiro é a presa que está caída sob vocês. Eles chamam vocês: ajam por nós; deixe a nossa memória ao mundo posterior, e que seja honrada e sem reprovação.

Portanto, o autor conclama, com veemência, seus patrícios a recuperar a origem da nação alemã, uma vez que a sua existência autêntica — ou até mesmo a sobrevivência — estaria condicionada ao retorno à situação original.

2.4. Sobre o Estado

Postos os alicerces das origens da raça alemã, Fichte propõe um modelo de Estado fundamentado em uma política que se coadune com a verdadeira cultura alemã, uma política que priorize a nova educação. O Estado que seguir esses passos, diz Fichte (1922, p. 241, tradução nossa), terá não somente cidadãos fieis, mas um exército particular sempre disposto a defender a sua pátria:

O Estado que introduzir a nova educação universal proposta por nós, desde o momento em que uma nova geração de jovens passar por esse sistema, não precisaria de exército particular, mas teria neles um exército tal como jamais existiu. Cada indivíduo exercitado completamente em toda possibilidade de uso de sua força física, sua mente desenvolvida na percepção direta, estando sempre alerta e com domínio de si mesmo; seu coração ama viver na comunidade de que é membro e esse amor destrói todos os outros impulsos egoístas.

Tanto o Estado quanto os cidadãos estarão alinhados por uma única base: o amor intransigente à pátria. O Estado não precisa fiscalizar os indivíduos, tampouco ser fiscalizado por eles, pois todos trarão consigo o mesmo espírito, a mesma língua e a mesma pátria. Esse Estado promoverá uma união entre as classes sociais, não uma extinção delas, conforme sustenta Fichte (1922, p. 116, tradução nossa): “essa educação não criará, como acontece nas nações estrangeiras, um pico solitário para o príncipe, mas uma planície plana que é a nação; para de fato o príncipe também ser parte da nação”.

Berlin compreende que Fichte postula a concepção de um *eu* germânico nacional. Fichte afirma que “desejamos moldar os alemães como um corpo estruturado, cujos membros individuais serão movidos e estimulados pelo mesmo interesse” (1922, p. 15, tradução nossa), como se cada indivíduo alemão fosse uma engrenagem conectada a tantas outras engrenagens que moveriam a máquina para o lugar que desde sempre deveria ter ocupado. Tal conexão, como já foi dito, seria a língua e a superioridade da raça alemã que, consciente desse corpo germânico, moveria a nação ao seu lugar predestinado. Esse germanismo ou germanidade, segundo Berlin, demonstra como o impulso criativo do *eu*, quando não é mais identificado com o indivíduo, pode configurar características coletivistas, tornando-se uma espécie de “entidade suprapessoal que impõe sua personalidade particular tanto sobre o mundo exterior quanto sobre seus próprios elementos constitutivos, que podem ser seres humanos reduzidos ao papel de simples ingredientes” (BERLIN, 2015, p. 148). Eis o começo do nacionalismo: o florescimento do Estado alemão na busca por suas próprias raízes. Nesse corpo estruturado, a própria liberdade se restringe a ser um cidadão que, a despeito de suas características individuais, está conectado a todos os outros indivíduos que se guiam pela sua história, pela sua língua, pela sua cultura, pelo seu amor à pátria. Portanto, liberdade significa, para Fichte (1922, p. 144, tradução nossa), “permanecer alemão e continuar a manter sua própria independência, de acordo com o espírito original de sua raça, desenvolvendo-se de acordo com o mesmo espírito e propagando esta independência à posteridade”. O filósofo alemão não aceita nenhum outro tipo de

liberdade. Qualquer sinal de estrangeirismo é severamente criticado pelo filósofo alemão, numa atitude similar à dos românticos:

É por isso que o amor à pátria deve governar o próprio Estado e ser o Supremo final e a autoridade absoluta. O seu primeiro exercício de autoridade será limitar as liberdades naturais dos indivíduos [...]. Limitar a liberdade tanto quanto for possível, e trazer todas as ações individuais sob uma regra uniforme e mantê-las sob supervisão incessante. (FICHTE, 1922, p. 144, tradução nossa).

Fichte (1922, p. 126, tradução nossa) aponta um critério para distinguir os verdadeiros alemães dos falsos: “se você acredita na liberdade, no aperfeiçoamento constante e no progresso eterno de nossa raça, você faz parte dos homens originais; do povo primal, do povo simples, do povo alemão”. Essa afirmação mostra que o requisito fundamental para ser alemão não consiste em necessariamente ter nascido em terras germânicas. Fichte amplia o conceito de unidade de um povo e, de modo universal, propõe que todos podem ser alemães ou compartilhar do mesmo espírito, desde que estejam vivos. Nesse sentido, retoma a distinção entre dois tipos de pessoas: os vivos e os mortos. Os vivos seriam aqueles que possuem um elo com Deus e com seus antepassados em um plano eterno. Estão em constante aperfeiçoamento e fazem parte de apenas um corpo alemão que transcende o tempo no plano terrestre. Não estão limitados por uma moral fixa que abrange todos os homens, nem por certas doutrinas que circunscrevem suas vontades; somente o amor à pátria seria a sua bússola moral, e deveriam florescer na vida. Os que dizem respeito ao inverso, os mortos, não podem conviver com os vivos, uma vez que “são uma categoria secundária que, incluindo toda a sua raça do começo ao fim, torna-se algo secundário” (1922, p. 124, tradução nossa).

Para Berlin, essa ampla distinção entre os que estão vivos e os que estão mortos não é simplesmente um sermão sobre o patriotismo, mas a diferença principal entre “os que são ecos e os que são vozes, os que são anexos e os que são artigo genuíno, o edifício genuíno” (BERLIN, 2015, p. 150). Essa ideia exerceu, segundo Berlin, fascinação sobre a mente de numerosos jovens alemães nascidos no final do século XVIII. Berlin cita uma passagem nos discursos de Fichte que corrobora essa distinção fundamental entre vivos e mortos:

Todos aqueles que têm dentro de si a pulsação criativa da vida [...]. Esses podem ser considerados o verdadeiro povo, esses constituem o Urvolk, o povo primal — isto é, os alemães [...]. Do outro lado, todos aqueles que se resignaram a representar apenas o derivado, o produto de segunda mão, deverão pagar o preço de sua crença. [...]. Eles estão excluídos do Urvolk, são estranhos, são pessoas de fora [...]. Eles não são alemães, são estranhos para nós, e esperamos que um dia eles sejam totalmente extirpados de nosso povo. (FICHTE apud BERLIN, 2015, p. 149)

Esse espírito de unidade vivificante, diz Fichte, deve ser criado pelo Estado não pela repreensão de seus cidadãos adultos que já estão viciados nos costumes estrangeiros, mas somente pela educação dos mais jovens, que ainda permanecem sem hábitos viciosos. Por fim, podemos concluir que a função do Estado proposto por Fichte seria “prover o aperfeiçoamento e a regeneração da raça alemã” (1922, p. 187, tradução nossa). Quando a regeneração for completa, a vida fluirá no interior da nação, sendo capaz de guiar toda a humanidade para a mesma fonte de vida:

As outras nações são da terra, de onde se desprendem vapores frutíferos e se levantam para as nuvens. [...] A mãe-pátria é o céu eterno que envolve a terra, o céu em que os vapores se condensam em nuvens que descem sob a forma de chuva fertilizante, unindo céu e terra e fazendo com que os germânicos, cuja casa está no céu, germinem no colo da terra. (FICHTE, 1922, p. 90, tradução nossa)

Portanto esse movimento, que começou com a reivindicação dos valores próprios de sua cultura, terminou sob a alegação de que essa cultura se situava acima da ordem natural, pois continha um impulso criativo e original. Tal linha de raciocínio se apoia na tese de Isaiah Berlin sobre o ramo vergado: um povo humilhado deseja ser igual ao opressor; superada a imitação, pretende ser um povo único na terra. Desse modo, podemos verificar a razão que motivou Berlin a considerar Fichte o pai do nacionalismo alemão, tendo em vista suas relações diretas com o movimento romântico e a construção de uma identidade peculiar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A minha tese é que o movimento romântico foi uma transformação tão gigantesca e radical que depois dele nada mais foi o mesmo.” (BERLIN, 2015, p. 28)

No ensaio “Em busca de uma definição”, apresentado na National Gallery of Art em Washington, Berlin expõe a principal tese por ele desenvolvida ao longo de sua carreira. A declaração está fundamentada no grande esforço intelectual para entender as consequências para as gerações posteriores do nacionalismo e de suas raízes românticas. O referencial teórico que deu suporte ao trabalho foi construído com base nos estudos de Berlin sobre a temática, em especial aqueles referentes ao papel preponderante desempenhado por Fichte. À luz do pensamento de Fichte, Berlin defende a ideia de que nacionalismo alemão deve ser entendido, sobretudo, como uma reação contra a cultura francesa em solo germânico. Em outros termos, por um lado como uma defesa dos valores germânicos e, por outro, como um ataque ao Iluminismo transportado por aquela cultura. É justamente a partir desse pano de fundo que Berlin propõe o início do nacionalismo alemão. Para Fichte, não bastava a libertação física de seus patrícios ante o poderio de Napoleão; o mais importante era a libertação espiritual de toda forma de alienação que acorrenta a consciência e limita a uma subserviência cultural aos padrões impostos por outras pessoas, outras classes, outras entidades e outros governos que não os conheciam, não viviam no seu país, não entendiam o seu idioma nem a sua história. Fichte, em seus discursos, tentou formular uma doutrina para o regaste da antiga glória alemã e para a perpetuação desse mesmo espírito nas eras que se seguiriam. Essa doutrina é composta por vários elementos, entre os quais o mais fundamental consiste na liberdade de criar o seu próprio destino e de ser governado por suas próprias leis. Fichte afirma que os mais aptos para essa tarefa seriam os jovens, desde que fossem treinados para ser teutônicos. Na opinião de Berlin, esses jovens deveriam ser treinados para atuar como artistas políticos. Tanto é verdade que a imagem principal que Fichte desenha sobre a juventude é a do jovem como um artista, devido a sua predisposição heroica para viver e morrer por sua sagrada visão interior. Para Berlin (2002, p. 578), foi esse mesmo ideal que

Animou e transformou o conceito de nação, de classe ou de minoria, em suas lutas por liberdade a qualquer preço. Assumiu uma forma mais sinistra na veneração do líder, o criador de uma nova ordem social como se fosse uma obra de arte, que modela homens como o compositor molda os sons e o pintor, as cores.

Não há dúvida de que, depois de Fichte, os jovens começaram a ter uma participação maior na política, especialmente como ativistas. Fichte acreditava que o engajamento público

é o grande mérito da juventude. Em movimentos políticos nacionalistas, como o fascismo, o nazismo e o socialismo, eram os jovens, em sua grande maioria, que estavam nas ruas militando contra o imperialismo, contra a burguesia, contra tudo aquilo que se entendesse como uma força opressora que queria subjugar-los. Essa força podia ser uma classe social, uma instituição, um país ou até mesmo um modelo econômico. Eis a herança que o nacionalismo de Fichte lega ao mundo moderno: assimilar o tipo de vida que se quer e ser governado pelas leis da própria casa, a qualquer custo.

O nacionalismo de Fichte gravita em torno de uma identidade alemã que fora perdida e estava enterrada, pois os alemães não desejavam mais ser alemães; a sedução da cultura estrangeira alienava-os de qualquer espécie de patriotismo. Para o filósofo romeno Vladimir Tismăneanu (2015, p. 94), o nacionalismo se tornou o mito político mais adaptável, mais versátil e mais longo do século XX. Segundo ele, por ser “uma constelação gigantesca e potencialmente agressiva de símbolos, emoções e ideias, o nacionalismo pode oferecer igualmente a linguagem salvadora da libertação para os grupos que já muito subjugados”. Trata-se de uma identidade única perante um mundo cada vez mais uniforme devido à globalização. O nacionalismo sobrevive como uma força central que mantém todos os elementos da cultura de um país conectados e, assim como na Alemanha de Fichte, produz no imaginário coletivo a convicção de uma espécie de predestinação. Oferece, assim, consolo e esperança aos países desprovidos de prosperidade material:

Os nacionalistas abraçaram uma visão idealizada de comunidade nacional unificada por tradições únicas de heroísmo, de martírio e de sacrifício [...] O nacionalismo oferece uma resposta às ansiedades coletivas dolorosas, acalma as angústias e reduz o indivíduo ao menor denominador comum: o simples fato de pertencimento étnico (TISMĂNEANU, 2015, p. 100).

Em seu ensaio “O ramo vergado: sobre a ascensão do Nacionalismo”, escrito durante o período da Guerra Fria, Berlin descreve como muitos países do terceiro mundo, sob a “cortina de ferro”, incorporaram aspectos românticos: ao idealizar uma classe oprimida cujas características rememoravam o passado histórico perdido, tais movimentos idealizavam os camponeses, os pobres ou os verdadeiros oprimidos como homens organizados que resistiam ao imperialismo: “Onde a capacidade humana de amor e amizade, justiça e trabalho criativo, alegria, curiosidade foi abortada e frustrada [...] O nacionalismo está situado nessa difícil atmosfera” (BERLIN, 2002, p. 207). O nacionalismo alcançou uma recepção de âmbito mundial, pois expressa um intenso desejo dos insuficientemente reconhecidos de representar algo entre as culturas do mundo. Para Berlin, dessa revolta podemos verificar o significado do moderno nacionalismo:

Uma reação de âmbito mundial a uma profunda e natural necessidade por parte dos escravos recém-libertados – os descolonizados –, um fenômeno imprevisível na sociedade europocêntrica do século XIX. Como foi possível ignorar a possibilidade de seu desenvolvimento? (BERLIN, 2002, p. 208).

Berlin também aponta o lado brutal do nacionalismo: o próprio Fichte foi bem enfático em seus discursos na ideia de exclusão daqueles não possuíam o espírito do verdadeiro alemão, chamando-os de mortos, anexos, secundários, e afirmando que um dia eles seriam totalmente extirpados do autêntico povo. A quem não estivesse de acordo com o espírito alemão proposto pelo filósofo caberia a exclusão social e, se possível, até a morte. Isso incluiria alemães, de qualquer classe, que não se adaptassem à proposta. Alguns intelectuais como Goethe e Schiller, conforme Turbull (1926, p. 15), não concordavam com o espírito alemão proposto por Fichte, ao ponto de o apelidarem de “ego absoluto” ou “grande ego”. A resposta do filósofo alemão foi dada conforme a sua própria doutrina: “a filosofia alemã contemporânea não é alemã, mas um produto do espírito estrangeiro” (FICHTE, 1922, p. 109). No século XX, o nacionalismo foi fundamental para manter regimes ditatoriais; para Berlin, o motivo principal de usar a brutalidade contra os discordantes é a utopia de um mundo ideal:

Um objetivo pelo qual nenhum sacrifício é grande demais se os homens pretendem criar o reino da verdade, da felicidade e da virtude, unidas por uma cadeia indissolúvel, um ideal pelo qual, talvez, os seres humanos de nossa época sacrificaram a si mesmos e a outros mais do que por qualquer outra causa ao longo da história humana. (BERLIN, 2002, p. 584)

Esse nacionalismo com raízes românticas formulado por Fichte proporcionou a fé no mundo perfeito, inteiramente livre de conflitos e sem opressão. Por existir esse objetivo, não haveria obstáculos morais para o sacrifício em prol de trazer o paraíso ao mundo dos homens. Para Berlin, esse nacionalismo é uma condição inflamada da consciência de um sentimento de humilhação coletiva. No caso, aquilo que os alemães sentiam com relação ao Ocidente, particularmente com respeito à França. Portanto, nesse estado de humilhação, a busca do conforto e da força se encontra na noção de vida livre e criativa no espírito. Esse sentimento romântico, para Berlin, despertou o espírito nacional para além da Alemanha de Fichte, na Europa Central, na Polônia, nos Bálcãs, na Ásia, na América do Sul e na África; a importância de um rico passado histórico, real ou imaginário, para os povos atormentados com um sentimento de inferioridade promete, no espírito coletivo, um futuro mais glorioso, em que sua nação cumprirá seu papel histórico. Nas palavras de Berlin (2002, p. 198),

Esse tema messiânico é entoado com vigor pelos alemães, em seguida pelos poloneses e os russos e, depois disso, em nossa própria época, por muitos Estados e nações que sentem que ainda não desempenharam seu papel (coisa que logo farão) no grande drama da história.

Por fim, poderíamos discutir por várias páginas se Fichte estava errado ou não em seus métodos para expurgar todo estrangeirismo e, assim, tentar despertar uma consciência nacional por meio da educação dos jovens e da exclusão dos adultos e idosos. No entanto, concluiremos com a afirmação de Berlin (2002, p. 586) sobre o espírito do movimento: “Eles [os alemães] exigem o reconhecimento de sua dignidade como seres humanos. Não desejam ser reduzidos a mero material humano, fichas de um jogo jogado por outros”.

4. REFERÊNCIAS

BERLIN, I. *As raízes do romantismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

_____. *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Ideias políticas na era romântica: ascensão e influência no pensamento moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARPEAUX, O. M. *A história concisa da literatura alemã*. São Paulo: Faro Editorial, 2013.

FICHTE, J. G. *Addresses to German nation*. London: The Open Court Publishing Company, 1922.

TISMANEANU, V. *Do comunismo: o destino de uma religião política*. São Paulo: Vide Editorial, 2015.

TURNBULL, G. H. *The educational theory of J. G. Fichte*. London: The Open Court Publishing Company, 1926.

Contatos: lucianofilosofiamack@gmail.com e roger.campato@mackenzie.br